

significa “deitar para o caixote do lixo” a mais importante lei alguma vez feita para o ensino superior: o ECDU que sempre foi considerado uma pedra no sapato da maioria dos ministros que tiveram tutela sobre o Ensino Superior. No documento “O Processo de Transformação Fundacional da Nova” lê-se: “Existirá, em paralelo com este sistema, um outro, com um regime em que a contratação será em regime privado, com base em regulamentos que serão elaborados tendo como princípios as regras da contratação pública. Esse será o regime para o pessoal não docente contratado depois da passagem ao regime fundacional (embora a possibilidade da manutenção da contratação pública ainda esteja em análise).” Alguém acredita que se se seguirão o ECDU e as carreiras nele consignadas? E que não haverá entradas “pela porta do cavalo”?

Quando se lê a legislação associada ao regime fundacional e se interpreta à luz dos objectivos do RJIES fica-se com a sensação de que a fundação não é mais do que um prolongamento do objectivo implícito: retirar a generalidade dos docentes do caminho da gestão. O regime fundacional traz um reforço deste processo: haverá um número restrito de pessoas que se irá perpetuar na gestão, atendendo à forma, de cima para baixo, como as coisas se irão processar. Com efeito, não se vislumbra nenhuma acção de controlo sobre o Conselho de Curadores: não temos nenhuma palavra a dizer, nem sobre a nomeação, nem sobre a sua acção. No documento “O Regime Fundacional e a Universidade Nova” afirma-se no ponto 2-a): “Os estabelecimentos de ensino superior das universidades públicas de natureza fundacional têm estatutos próprios, aprovados pelo Conselho de Curadores da fundação, sob proposta de uma assembleia estatutária (conforme previsto no artigo 172.o do RJIES), estando esses estatutos sujeitos a homologação pelo ministro da tutela, nos mesmos termos que os estatutos das demais universidades públicas.” Isto significa que não temos uma palavra a dizer sobre os estatutos que nos irão reger.

Tudo isto não passa de uma privatização encapotada.

•

DO MILAGRE DO REGIME FUNDACIONAL: A ESPERA EM VÃO

Abordagem sem tergiversações

Foi-me pedido um testemunho sobre o regime fundacional, baseado no experimento pessoal. É isso que vou fazer, sem procurar um estilo discursivo, propício a vencer os outros e a trazê-los como prosélitos para o meu campo. O propósito de convencimento cheira-me a colonização; e esse chapéu não vai bem à cabeça de um universitário.

Não é minha intenção cometer qualquer ofensa; pretendo apenas proceder a um relato, qual diagnóstico inspirado na convicção de que os males detetados podem ser curados, conquanto tomemos os remédios apropriados. Logo, não se pode poupar no verbo.

Vivemos uma era de mistificações e fugas à verdade. Ela intima-nos a tratar os problemas sem concessões e paninhos quentes, a abordá-los com a radicalização correspondente à aguda gravidade que eles encerram, e aos imperativos da cidadania.

Quando se ouve o presidente do Conselho de Curadores de qualquer IES (Instituição do Ensino Superior) fazer o balanço da experiência do regime fundacional, assiste-se a um ingente esforço e a uma repetição enfadonha de palavras levianas e inócuas. A lengalenga é confrangedora, culmina numa mão cheia de nada e noutra de coisa nenhuma. Não passa do desfiar de um rosário de pífias justificações para o facto de, até ao presente, não terem sido alcançados resultados tangíveis; e para aquecer a manutenção da esperança de que o futuro trará a realização das promessas por cumprir.

Eis uma falácia, ao serviço da despudorada alienação, porquanto os paladinos do ▶



**JORGE
OLÍMPIO BENTO**

Professor
Catedrático
Jubilado da
Universidade
do Porto

regime fundacional sabem bem as motivações e finalidades que presidem ao modelo! Ora, a alienação intencional é infamante em todas as circunstâncias; no caso das IES, ela sobe de tom e agravo, por visar pessoas que, assim é suposto, devem ter a alma acesa e a consciência acordada.

O despautério é tanto que me obriga a trazer à colação o seguinte: há experimentações abusivas; não deviam ser feitas, nem nos animais, nem, muito menos, nas pessoas e nas instituições. Incluo neste experimentalismo perverso a transformação das IES públicas em fundações.

A discussão em torno do regime fundacional vale como uma radiografia do estado da democracia e da justiça social nas IES, o que inclui forçosamente um olhar sobre o *RJIES-Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior*.

Estória e cenário deprimentes

1. O título deste depoimento diz tudo: a adopção do estatuto de fundação por algumas IES foi festejado por um foguetório promissor de extraordinários milagres. Até agora nenhum se realizou; mas realizou-se tudo quanto de funesto trazia no bojo, e era de fácil previsão. Dito de modo cru, o embuste gerou os efeitos ínsitos na sua congeminção: as instituições converteram-se em caixa-de-ressonância e propagação do *'mainstream'* mercadológico, perderam autonomia e independência, conformaram-se a um Orçamento de Estado insuficiente para o cumprimento decente da sua missão. As IES viram-se forçadas a lutar pela sobrevivência, entregando-se a práticas que desacreditam a sua matriz de instituição, incumbida de praticar e irradiar princípios e valores de claridade, iluminadores da Cidade e Humanidade.

Estava na cara que assim ia suceder. Por isso não foi difícil apontar os desatinos que se anteviam a olho nu. Porém o fanatismo ideológico sobrepôs-se à lucidez. Os detentores do poder decidiram a bel-prazer, inclusive contra a vontade expressa em assembleias convocadas para um pronunciamento sobre o assunto, como foi o caso da Universidade do Porto.

Lembro-me bem desse facto. O reitor convocou todos os órgãos dirigentes das faculdades para o salão nobre da reitoria. A quase totalidade dos presentes (mais de 95%) votou contra a passagem a fundação. Isso não obstou que o reitor, com o apoio do Conselho Geral, levasse a metamorfose avante. Eis mais uma prova de que a existência do Conselho Geral (com as prerrogativas que possui, sobressaindo a da escolha do reitor) e do regime fundacional revela a destruição da democracia nas IES. Também aqui se transformou em pós-democracia; o poder de uma minoria é exercido sem a comunidade académica e, não raras vezes, contra ela.

2. “A vida não presta sem milagres. E, para os haver, é necessário que alguém acredite neles.” Esta asserção, da lavra de Miguel Torga, aplica-se ao regime fundacional. Mas é só na aparência, porquanto não se afigura credível que os paladinos de tal regime acreditem na panaceia milagreira, por eles a toda a hora propalada.

O que os moveu e move não são os argumentos que publicitam. O fito é o de abrir uma (*terceira*) via, para escapar a constrangimentos legais, que obrigam a gestão da coisa pública, e implementar a visão *managerialista*. Acresce, julgam eles, a possibilidade de ter à mão mecanismos mais flexíveis para a celebração de contratos de trabalho com baixos salários e precariedade.

Isto não se compagina com a idoneidade inscrita no código genético de uma IES e no imaginário perfil dos seus dirigentes. Como rotular o ato de contratar para funções públicas a coberto do direito privado, com o intuito de sonegar o acesso à ADSE e ao suplemento para refeição?! Pasma com o à-vontade desta gente: esquece tão facilmente que nem tudo o que é legal tem legitimidade moral, e que a legalidade de muitos procedimentos é questão de poder e não de justiça! Será apenas esquecimento ou, antes, uma expressão das lacunas da sua formação? Venha o diabo e escolha.

De resto, esta metodologia faz parte do arsenal neoliberal de estratagemas, receitas e reformas estruturais, com as intenções e consequências sobejamente conhecidas.

A estória do regime fundacional não contém nada de encantar. Integra-se no nevoeiro do cinismo que se apoderou da política, em

geral, e da universitária, em particular, na última dúzia de anos. Abundam cenas de farsa, mentira e tragédia. Dir-se-á que esta apreciação se enreda em juízos de intenções. A realidade não mente, a desgraça habita o presente e lança tentáculos de ruína para o futuro.

Os agentes e serventuários do economês e financês tomaram as rédeas do mando em todos os setores. Na universidade, não contentes com o golpe desferido pelo Processo de Bolonha, decidiram transformá-la em empresa e numa fronda do mercado e do mundo dos negócios, sujeitá-la, para tanto, aos ditames do *'managerialismo'*.

O empreendimento tinha que respeitar a legalidade, para que a eventual contestação não surtisse grande efeito. E foi exatamente por aqui que os inteligentes começaram, impondo a famigerada lei do RJIES. Com ela assestaram várias cajadadas: liquidaram a democracia na universidade, introduziram nesta forças externas, manifestas ou ocultas, e entregaram-lhes a governança. Não era ainda suficiente, havia que tomar cuidado para não engrossar a oposição! Introduziram a tresloucada *'competitividade'* e uma burocracia asfixiante das pessoas, tirando-lhes espaço para se aperceberem do laço que estava sendo tecido à volta do seu pescoço.

Os bispos do *'reformismo'* não descuraram nada. Vai daí, instalaram no palco mediático uma orquestra, bem afinada, que tocava loas à *'inovação'*, e abafava as vozes do coro da discordância e resiliência.

O cortejo prosseguiu a marcha triunfante. O orçamento das universidades, que já era escasso, foi drasticamente reduzido, ficando muito aquém do necessário para pagar os salários dos docentes e funcionários. Mas não havia mal algum nisso, proclamavam os cruzados do *'aggiornamento neoliberalês'* da *alma mater!* Esta podia gerar receitas próprias na ordem de 50% dos fundos necessários para cobrir o seu funcionamento! A passagem a fundação seria a ponte para essa margem. Para não falar no infalível *'empreendedorismo'*. A toda a hora, os altifalantes difundiam extasiados o discurso tonitruante.

3. Acreditem, assisti a sucessivas sessões de venda de tais ilusões, em festivais e récitas de teor religioso. Ouvi e vi um reitor apregoá-las,

com insuperável entusiasmo, ao Presidente da República de então. O paraíso estava ao virar da esquina! E qual foi o resultado?

As faculdades viram-se forçadas à conversão em fábricas de cursos para tudo e para nada, por grosso ou atacado, costurados para os mais diversos fins, impingindo gato por lebre.

Quão salvífica evolução e solução! O importante era obter dinheiro, a qualquer custo, para garantir a sobrevivência; e para que as eminentíssimas criaturas vissem confirmada a veracidade dos dogmas pregados do alto dos púlpitos sagrados.

Obviamente havia óbices de peso nesse caminho. Para manter tanto curso e cursilho em funcionamento, os docentes do quadro não bastavam. E para que o dinheiro proveniente do OE e do orçamento privativo chegasse, era imperioso conter as despesas. Nada que as mentes laboriosas não pudessem contrariar; para todos os empecilhos foram inventadas respostas conformes à vontade do freguês. A progressão nas carreiras foi congelada e recorreu-se à contratação de jovens docentes, com vencimento a tempo parcial, embora muitos deles com dedicação exclusiva à instituição. Alguns foram mesmo contratados a 0%! Tudo legal, à luz das normas em vigor na caserna! Essa gentalha tinha a espada de Dâmocles pendente sobre o pescoço: podia ser removida e atirada para o desemprego; *'convinha-lhe'* portanto comer e calar o que lhe punham à frente!

O arsenal de soluções éticas e inteligentes era vasto. Não faltaram figuras proeminentes a recomendar a redução das aulas presenciais, e o recurso a estudantes de doutoramento para assegurar a lecionação graciosa. A recomendação foi auspiciosamente recebida por muita gente, uns porque dar aulas é uma maçada, outros porque tinham mais que fazer, e lecionar bem ou mal tanto faz para vencer concursos de ascensão na carreira.

Pois, é, os fins justificam os meios! Tudo valia e tinha que ser *'rentabilizado'*; tudo era bem-vindo, inclusive a nova versão da escravatura, para cumprir o cavernícola projeto do economicismo ideológico. Não resisto, por me ▶

**“Quando os que mandam
perdem a vergonha, os
que obedecem perdem o
respeito.”**

Cardeal Retz (1613-1679)

parecer ajustado, a citar Miguel Torga (*Diário 1940*): “Tenho a impressão de que certas pessoas, se soubessem exatamente o que são e o que valem na verdade, endoideciam. De que, se no intervalo da embófia e da importância, pudessem descer ao fundo do poço e ver a pobreza franciscana que lá vai, pediam a Deus que as metesse pela terra dentro.”

Como reagiu a comunidade académica? Como era previsível; a maioria assistiu em atitude de passividade! Não faltou quem a alertasse para a periculosidade da insana deriva, e apelasse à sua mobilização contra a ratoeira colocada no seu caminho. Contudo, ela, por um lado, reclama-se ‘apolítica’, entende que tomadas de posição de pendor político são reações típicas da população, mancham a reputação pseudointelectual, e lançam os seus parentes na lama. Por outro, cuida que, para problemas de índole político-ideológica, há saídas técnicas. Santa credence e ingenuidade! Ou será estultice, covardia, conivência e irresponsabilidade?! Seja como for, sobre ela recai o julgamento de Max Weber (1864-1920): “Quando alguém se diz neutro, é porque já tomou partido pelo mais forte.”

4. E hoje, para onde sopram os ventos? O clima mantém-se. Os números e as estatísticas continuam a ser exibidos com total indiferença pela realidade. O orçamento das IES é insuficiente, condenando algumas delas ao inexorável definhamento. A tentação para implementar ‘novos’ modelos de organização (fusões de faculdades) não desarma; insiste-se na necessidade da ‘boa’ gestão e do uso ‘responsável’ dos recursos existentes, para escamotear o desígnio de fortalecer os grandes e destruir os pequenos, tal e qual como na cadeia de alimentação do tubarão. A precariedade laboral não diminui. O investimento nas pessoas – o maior património de uma instituição! – não se regista. A renovação do corpo de docentes e de funcionários não docentes encontra-se adiado para as calendas gregas. Muitos professores associados e auxiliares vão ficar estacionados no posto até ao fim da carreira. Escasseiam os catedráticos abaixo dos 50 anos de idade; aposentam-se e os seus lugares ficam por preencher.

A conflitualidade aumenta dentro das instituições, tornando insalubre o ambiente. Os reitores e dirigentes afins olvidam que lhes

incumbe desempenhar a função, não para dominar e apoucar, mas para cuidar da elevação do nível de satisfação e identificação das pessoas com a instituição. Em vez disso, persiste o delírio da dominação e subjugação da academia, da sua genuflexão perante deuses externos.

A situação caminha, a passos largos, em direção à calamidade. O envelhecimento do corpo docente e administrativo acentua-se, a olhos vistos. Ao panorama de catástrofe iminente assistem impávidos os reitores nomeados pelo Conselho Geral, órgão saído das entranhas satânicas do RJIES. Não poucos conselheiros (deste órgão e do Conselho de Curadores) vindos de fora assemelham-se a comentadores e treinadores de futebol feitos a martelo. Não entendem nada da universidade.¹ Usam o cargo como um ornamento da sua fachada, igual a índios sentados na orla da floresta, para impressionar os visitantes. As universidades enfrentam dificuldades financeiras para assumir condignamente a sua atividade, mas não para suportar os doutíssimos e utilíssimos conselhos. Deus é grande!

Para não esquecer: o papel do CRUP

1. O jornal Público, de 10.10.2012, dava conta, a páginas 14, de uma reunião do CRUP (*Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas*), realizada na Covilhã no dia anterior. O título rezava assim: *Universidades recusam fim do modelo das fundações*.

Segundo a peça jornalística, os reitores consideraram o regime fundacional “muito útil”, por garantir uma maior autonomia e desburocratização das instituições. Mais, ele tinha “revelado sucesso, (...) apontando a melhoria dos indicadores internacionais das três universidades”, que o haviam adotado.

Sendo isto dito pelos reitores, então o regime em causa é o da demagogia e da falta de seriedade, dada a ausência de qualquer nexo de causalidade entre as duas coisas. Além de ser branqueada a desmedida teia de burocratização que, no caso da Universidade do Porto tinha sido implantada, a partir da tão benfazeja metamorfose fundacional e do tão enaltecido RJIES!

①.....

1 Diga-se em abono da verdade: o Conselho Geral e o Conselho de Curadores também não foram criados para servir a universidade, mas para a vergar a interesses espúrios!

Apesar de insistentemente pedida, nunca foi elaborada e divulgada à comunidade académica uma lista dos benefícios e contributos palpáveis e reais que a passagem a fundação trouxe para a melhoria do funcionamento da UP. Ao invés, avolumava-se a percepção de que o regime fundacional serviu essencialmente a deliberada estratégia de enfraquecer e anular paulatinamente o auto-governo das Faculdades, de destruir, sem a mínima inquietude, a obra erguida por ilustres nomes da memória dourada da UP. A essa obstinação adequavam-se a criação de um número único de contribuinte e a centralização da contabilidade orçamental, escapando completamente ao controlo de cada Faculdade. Ademais, mediante a prestação de contas comum a toda a universidade, são diluídos e, porventura, passam despercebidos os gastos crescentes e questionáveis da reitoria.

O texto do jornal *Público* referia ainda que o CRUP se manifestou contra eventuais alterações do RJIES, porque considerava o impacto deste “muito positivo” e fundamental para “a melhoria do desempenho nacional e internacional”, além de ter permitido “o aprofundamento de boas práticas de gestão”.

Estas afirmações são absolutamente gratuitas; não se sustentam numa correlação lógica, e não encontram respaldo na realidade. É falsa a acusação de que o RJIES está inquinado de uma visão ideológica, que retira autonomia à universidade, tem em baixo conceito os académicos e coloca ela e eles sob uma tutela estranha?

É injusto afirmar que os reitores, eleitos ao abrigo do RJIES, têm falta de legitimidade democrática, não exibem a garantia de representar a vontade maioritária da academia e alguns muito provavelmente não estariam investidos no cargo, se a eleição fosse atribuído de um colégio genuinamente representativo da comunidade académica?

Não é verdade que alguns dos omnipotentes Conselhos Gerais, impostos pelo RJIES, em vez de serem órgãos ocupados em zelar pela orientação, coesão e mobilização da

**“Afiml, como e com o
quê contribui objetiva
e positivamente o
RJIES para a melhoria
do funcionamento da
universidade?”**

universidade, têm sido instrumentos de fratura, instabilidade e tensão?

Afinal, como e com o quê contribui objetiva e positivamente o RJIES para a melhoria do funcionamento da universidade?

Talvez a fé que animava o CRUP sofresse um abalo, se os senhores reitores gastassem tempo a ler os ensaios de Zygmunt Bauman respeitantes à li-

quefação da sociedade e da vida contemporâneas. Quem sabe se não compreenderiam que tais regimes contribuem para tornar líquidas instituições anteriormente sólidas!

A triste verdade é que, escorando-se na panceia fundacional e no RJIES, a Universidade do Porto criou regulamentos e adotou medidas de reorganização que aumentaram a burocracia, precarizaram os vínculos laborais e depreciaram o valor do trabalho dos docentes e de outros quadros de contratação recente, abriram as portas à prestação de serviços por entidades privadas (quando podiam ser assegurados por recursos internos!), assim como configuraram uma forma do desrespeito do contrato social, hoje multiplicado em Portugal.

Este, sim, é o legado substancial, resultante do encantamento com a reforma fundacional e o RJIES! Ele é tão evidente que não escapa aos olhos normais de um professor e cidadão comprometido com a defesa do bem da universidade, do país e das pessoas.

2. Recentemente (31.01.2017), o jornal *Público* voltou a oferecer-nos um novo capítulo da saga fundacional, mediante a entrevista feita ao Professor António Rendas, reitor da Universidade Nova de Lisboa e ex-Presidente do CRUP. Atentemos nalgumas afirmações saídas da boca do entrevistado:

Um dos tipos de incentivos a conceder a docentes com mérito é o de “terem menos horas dedicadas ao ensino e mais a projectos de investigação”! (Conclusão: a dedicação ao ‘ensinar’ penaliza e não constitui tarefa nobre de um ‘docente’).

E quanto a um “ensino superior” de nível “internacional”? Eis a condição bastante: ▶



“Que as aulas passem, sobretudo, a ser dadas em inglês”!

“O mérito pode decidir salários de professores”.

A Universidade Nova vai integrar cerca de 200 bolsheiros de pós-doutoramento, além de ir buscar professores ao estrangeiro.

Como se avalia o mérito? Donde vem o dinheiro para estas operações? A resposta é lesta e objetiva: “A flexibilidade do modelo fundacional permite que tudo isto seja feito”. Eureka!

Enfim, a universidade deixou de ser palco da razão; triunfa nela a cegueira da mistificação. Camões estava certo: pequenos reitores tornam pequena uma grande instituição.

Junte-se esta lástima: o CRUP converteu-se em *manus* longa das sucessivas políticas governamentais, profundamente ruinosas da universidade. Alguns dos seus membros deixam transparecer a sensação de que trocam a condição de representantes das suas universidades pela de candidatos ministeriáveis.

Ao jeito de conclusão

1. O discurso da apologia do regime fundacional rebaixa a comunidade académica ao patamar de inferior consciência e competência críticas e racionais, à imagem de gente incapaz de ajuizar e questionar, apta somente para baixar a cabeça, reverenciar, ser servil e submissa e tudo aceitar de modo acrítico. Trata-a como a um indigente espiritual.

Os discursadores assumem o papel de porta-vozes e amplificadores de slogans de uma propaganda absolutamente ideológica, matraqueada *ad nauseam* para impor o pensamento único, para pressionar, condicionar e conformar as pessoas ao determinismo de uma alteração da configuração das IES.

É notória a ligação à *doxa* da demagogia propagandística (com pitadas de populismo, habitual muleta das ditaduras), reinante no plano externo e interno, social e político. De nada adiantam os ardis da linguagem; o sol não se deixa tapar pela peneira! A proposta revê-se na ideologia financeira que hoje comanda os cordelinhos da política europeia e é responsável pela crise ética, social e moral que vitima a maioria da população.

Mais, a proposta é oferecida na bandeja dos

milagres. Se adotar o regime fundacional, assegura a obstinada retórica, uma universidade passará a figurar, dentro em breve, no *ranking* das 100 melhores universidades da Europa e até do Mundo! Claro está, as outras universidades vão ficar de braços cruzados ou a bater palmas à subida ao galarim do pódio olímpico! Isto independentemente de aceitar, sem necessidade de clarificação, o conceito de ‘melhor universidade’, imanente aos *rankings*!²

Estamos no reino das previsões infalíveis, como aquelas dos magos da economia e gestão que prometem o bacalhau a pataco e garantem o lugar no céu por um euro e, afinal, nos atiram para o inferno.

Não vou acusar ninguém de má-fé ou de falta de honestidade intelectual. Concedo até que tal posicionamento é expressão da ingenuidade ou da rendição ao credo da teologia político-mercadológica dominante.

O cerne da inteligência assenta no ceticismo. Ora para os céticos como eu, mesmo não possuindo uma inteligência superior à dos comuns mortais, parece um absurdo considerar que a metamorfose fundacional é a solução infalível para chegar àquela meta.

2. A crítica à conversão das IES em fundação não pode ser desligada do confronto com o RJIES (nomeadamente as funções confiadas ao Conselho Geral, a começar pela escolha do reitor).

Na lei do RJIES estão bem expressos os ‘princípios’ e ‘valores’ que hoje prevalecem numa conjuntura de condicionamento da política pelo mercado. Eles são particularmente visíveis nas declarações em favor do regime fundacional. Uma valorização datada e situada de alguns vetores da economia e gestão sobrepõe-se às restantes dimensões, relegando-as para o caixote do lixo. O foco do cálculo económico e contabilístico constitui a fonte exclusiva da luz em moda.

É manifesta a ambição de sonegar à comunidade académica o direito de sujeito ativo dos rumos da instituição; e de acumular e centralizar o poder. A lei não escondeu o

“A alternativa à ‘democracia’ ou pós-democracia vigente, não é diminuir e suprimir a democracia; ao invés, é exercitá-la e aprofundá-la.”



² David Justino (*Diário de Notícias*, 28.02.2015) equipara os rankings às “anedotas picantes”.

objetivo de corrigir o peso de órgãos com composição numerosa e heterogénea, próprios do modelo de organização anterior. Acusou-os de dificultarem o funcionamento e a gestão das instituições e de favorecerem o populismo e a irresponsabilidade. O que sobrou desses órgãos ficou reduzido ao ofício de castiçal numa mesa de jantar.

Os mais entrados na idade lembram-se perfeitamente da matriz ideológica deste discurso; os mais novos estão a assistir à sua progressiva retoma. Quando um reitor, não eleito pelos representantes da comunidade académica, advoga uma ainda maior concentração de poderes, sob o pretexto de levar a ‘bom’ termo o exercício responsável da sua função, então já não se trata propriamente de um reitor, mas da deriva para um tipo de chefia que eu, por decoro e respeito, não vou nomear.

A alternativa à ‘democracia’ ou pós-democracia vigente, não é diminuir e suprimir a democracia; ao invés, é exercitá-la e aprofundá-la. Se os reitores e outros dirigentes têm da universidade uma noção de quartel militar e almejam modelá-la a preceito, devem enunciar isso com frontalidade e sem quaisquer sofismas.

3. Poderá retorquir-se que o modelo fundacional conheceu sucesso noutras paragens; logo, isso era bastante para o importar. Porém um modelo não pode abstrair do seu ambiente original e ser transplantado, sem as necessárias adaptações, para um contexto cultural e social muito diferente. A comunidade académica tinha a obrigação de estar de sobreaviso, porquanto o comportamento dos governos no tocante à implementação do Processo de Bolonha não diluía as dúvidas, nem inspirava confiança na pregação dos benefícios inscritos no regime fundacional.

O milagre da conversão da água em vinho e da multiplicação do pão e dos peixes é obra da imaginação humana para exaltação da capacidade de criação divina; mas não está ao alcance do regime fundacional, por mais poções mágicas que os fantasistas lhe ponham em cima! Mas está a produção de efeitos expostos num artigo do *Times Higher Education*, de 22 de março de 2012, com este sugestivo título, traduzido do inglês: *Permitir que as universidades sejam dirigidas por contabilistas e burocratas é prejudicial para o talento e a*

produtividade dos académicos...

Sim, o regime fundacional e o conselho de curadores, independentemente da idoneidade dos seus membros, são parte de um desígnio mal disfarçado: contribuem para submeter as IES aos padrões da contabilidade e do negócio.

Antes o dinheiro comprava na igreja a almofadada cadeira da eternidade. Agora tenta limpar as mãos no seio, nos congressos e fachadas da universidade. E impõe a esta a via da perversidade.

Em sínteses, este depoimento é uma espécie de celebração e invocação daquilo que se foi embora e talvez não volte mais; a não ser que o fogo da dignidade incendeie a alma e ação dos académicos.

Há densas trevas no horizonte; são as da anomia, resignação e sujeição, oriundas donde menos se esperaria. Elas instilam o veneno da submissão. O medo anda por aí revigorado; dói ver como ele medra até dentro da universidade, onde se pratica uma ignominiosa exploração da jovem geração, ao abrigo do enaltecido estatuto de fundação!

Nos últimos anos, os reitores passaram a ser escolhidos segundo um modelo neoliberal que capturou a universidade. Naturalmente, eles cuidam, em primeiro lugar, da fidelidade a quem os nomeia e não do bem-estar da abstrata comunidade académica. Quem esperar o contrário, pode sentar-se, porque a espera será em vão. Se confiarem neles e nos seus ‘superiores’ para remediar a situação, se cederem ao medo e não assumirem a coragem da contestação e o dever da indignação, os explorados traem e tornam-se vítimas da própria traição. Erguer-se, protestar e sacudir o aviltante jugo da injustiça é, aqui e agora, a sua relevante função e suprema obrigação.

Não ignoro que isto dá trabalho. Só que, lembra Cornelius Castoriadis (1922-1997), “é preciso escolher: ou descansamos ou somos livres.”

Nos meus ouvidos ressoam os versos de Sophia de Mello Breyner Andresen. Não quero pertencer aos “túmulos caiados onde germina calada a podridão.” Que os outros se calem e mascarem “à sombra dos abrigos”, “mas tu não”!

O alimento dos deuses é a ambrosia. O do Ser Humano é o cultivo da Liberdade. Fica deste jeito desobrigada a consciência, e reforçado o meu vínculo à Cidade e Universidade. •